

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.154 - RO
(2019/0254657-6)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : OLAVO GOMES JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

OLAVO GOMES JUNIOR agrava de decisão que inadmitiu o recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia** na Apelação n. 0006389-13.2013.8.22.0501.

Depreende-se dos autos que o réu foi condenado a 9 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, mais 66 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do CP.

O Tribunal de origem negou provimento à apelação defensiva.

Nas razões do especial, alegou a defesa que o acórdão recorrido violou o art. 59 do CP, ao argumento de que a pena-base foi exasperada indevidamente, mediante fundamentação inidônea.

Sustentou que "não pode a argumentação de que a Recorrente usou de entorpecentes antes de cometer o delito (sic) para que se aumente a sua pena, pois tal circunstância não guarda qualquer relação com o fato e seria impossível a agravação de sua reprimenda por ser usuário de entorpecentes" (fls. 286-287).

Aduziu: "Da mesma maneira se dá com a circunstância de ter buscado auferir lucro com a prática do delito, isto é, a motivação ilícita" (fl. 287).

Afirmou que "não há que se falar em personalidade negativa quando não é apresentado nenhum laudo ou manifestação de profissional psicólogo ou psiquiatra capaz de analisar com certeza científica a personalidade de um indivíduo" (fl. 288).

Requeru fosse diminuída a reprimenda-base.

Não admitido o especial na origem e interposto o recurso de agravo, o Ministério Público Federal opinou pelo seu não conhecimento.

Decido.

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada.

A sentença foi proferida nestes termos:

Culpabilidade normal para o tipo. Registra **péssimos antecedentes** criminais com condenação nos autos nº 0007269-73.2011.8.22.0501 e 0105090-87.2005.8.22.0501. **Inexistem nos autos informações quanto a conduta social, personalidade do réu, tampouco do motivo que o levou a prática do delito. As circunstâncias e consequências do crime lhe são desfavoráveis, pois praticou o crime em residência, maculando lar familiar.** Este cenário é bem mais gravoso, pois além do patrimônio atinge outro bem, a inviolabilidade e garantia de segurança que normalmente se tem dentro da própria casa. Além disso, **o tempo que os agentes passaram no interior do imóvel foi relevante, devendo ser considerado.** As vítimas em nada contribuíram para a ocorrência do crime. Assim, nos termos do art. 59 do Código Penal, **considerando as circunstâncias e consequências do crime, bem como os antecedentes criminais do réu, fixo-lhe a pena-base em 6 (seis) anos de reclusão e 50 (cinquenta) dias multa.** (fl. 220, grifei)

O acórdão recorrido asseriu o seguinte:

A defesa, em suas alegações, **malgrado postule a redução da pena ao mínimo legal, não se opôs a algum aspecto de ordem técnica relativo à dosimetria**, limitando-se a argumentar, em suma, que a reprimenda é desproporcional. Vejamos.

Na primeira fase do sistema trifásico, o juízo *a quo*, considerou como **circunstâncias judiciais desfavoráveis os antecedentes do apelante, as circunstâncias e consequências do delito, de forma devidamente fundamentada.**

Compulsando os autos, constato que **o apelante possui 9 condenações** nos Autos nº 0001974-12.2012.8.22.0601 (direção perigosa), 0005744-85.2013.8.22.0501 (furto qualificado), 0007269-73.2011.8.22.0501 (posse ilegal de arma de fogo de uso permitido e posse de droga para consumo), 0013441-94.2012.8.22.0501 (roubo e corrupção de menores), 0014419-71.2012.8.22.0501 (posse irregular de arma de fogo de uso permitido), 0105090-87.2005.8.22.0501 (porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e disparo de arma de fogo), 0115638-69.2008.8.22.0501 (furto qualificado e porte ilegal de arma de fogo), 0130807-6.2008.8.22.0501 (furto), 1000731-59.2011.8.22.0501 (posse ilegal de arma de fogo de uso permitido e posse de droga para consumo), como consta na certidão de antecedentes (fls. 153/171).

Destarte, diante da extensa ficha criminal do recorrente, **verifico ser correta a valoração negativa dos antecedentes contra ele.**

Quanto às circunstâncias e consequências do crime, o magistrado *a quo* fundamentou:

As circunstâncias e consequências do crime lhe são desfavoráveis, pois praticou o crime em residência, maculando o lar familiar. Este cenário é bem mais gravoso, pois além do patrimônio atinge outro bem, a inviolabilidade e garantia de segurança que normalmente se tem dentro da própria casa. Além disso, o tempo que os agentes passaram no interior do imóvel foi relevante, devendo ser considerado.

[...]

Nesse sentido, corretamente fundamentou o juízo *a quo*, pois, realmente, **o fato de invadirem a residência das vítimas e lá permanecerem durante período prolongado, a fim de abarcarem maiores quantidades de objetos a serem subtraídos, extrapola a incidência do tipo penal** e constitui elementos acidentais, como leciona Nucci na obra supracitada.

Ademais, como bem observado pelo juiz sentenciante, **houve lesão não só ao patrimônio**, bem jurídico tutelado pelo delito de roubo (art. 157, Código Penal), mas **também atentado contra integridade física**, desnecessária à consumação deste, merecendo, portanto, maior repressão.

Como se não bastasse, **embora não citado pelo magistrado a quo, mas que vale ressaltar, a vítima Anna, além de idosa, possui necessidades especiais, sendo essencial o uso de cadeira de rodas.**

Ora, esse fato, por si, justifica uma maior reprovabilidade à conduta do apelante, pois submeter alguém nessas condições a grande estresse e nervosismo pode gerar consequências irreversíveis, além de revelar, no agente, uma falta de sensibilidade e humanidade.

Diante disso, o juízo de primeiro grau fixou a pena-base em 6 anos de reclusão, *quantum* que verifico ser adequado e proporcional, tendo em vista as circunstâncias judiciais negativamente valoradas.

(fls. 274-276, destaquei)

Na espécie, as instâncias ordinárias consideraram negativas as vetoriais relativas aos antecedentes, bem como às circunstâncias e às consequências do delito.

A defesa, no entanto, trata da valoração desfavorável da circunstância judicial referente à **personalidade**, ao mesmo tempo em que argumenta não servirem para exasperar a pena-base as **constatações de que o denunciado seria usuário de entorpecentes e de que tinha o propósito de auferir lucro**.

Como se observa, as razões recursais não abordam nenhum dos fundamentos utilizados pelas instâncias antecedentes para aumentar a reprimenda na primeira fase. Limitam-se a tratar de circunstâncias que não foram levadas em conta no cálculo dosimétrico (vício em drogas, personalidade e objetivo de auferir lucro).

Evidencia-se, portanto, **deficiência na fundamentação, o que atrai a aplicação do óbice da Súmula n. 284 do STF**, a impossibilitar o conhecimento do recurso especial.

Diante do exposto, **conheço do agravo, mas nego seguimento ao recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator